

**Instituto Socioambiental**fonte: Journal da Tarde class.: 186data: 33/33/94 pg.: 9B

# Governo quer mogno fora da lista

REPRESENTANTE DO BRASIL NA CONFERÊNCIA DO CITES, NOS EUA, ACHA QUE O MOGNO NÃO DEVE ESTAR NA LISTA DE ESPÉCIES AMEAÇADAS.

O governo brasileiro é contra a inclusão do mogno na lista de espécies ameaçadas do Cites - a Convenção para o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora em Risco. Essa é a posição que a presidente do Ibama, Nilde Lago Pinheiro, vai defender na Conferência do Cites, em Miami. É também a posição pessoal de Dra. Nilde, autora de um parecer contrário à inclusão, emitido em maio deste ano. No documento, ela alega que não há provas científicas de que o mogno esteja ameaçado e também que a espécie deve ser protegida apenas pelos mecanismos de controle do Governo.

Os ambientalistas consideram essa posição incoerente, uma vez que o mogno — junto com outras seis espécies de madeira nobre — integra a lista de espécies protegidas do próprio Ibama.

Além de técnicos do Ibama e entidades científicas do porte da Sociedade Brasileira de Botânica recomendarem a inclusão, os ambientalistas apontam as invasões de reservas indígenas, as enormes distâncias percorridas pelos madeiros e a preocupação dos exportadores de mogno, como evidências da ameaça que paira sobre a madeira: "Se houvesse abundância de mogno, qual o madeiro que se arriscaria a invadir reservas indígenas para encontrá-lo?"

## Extinção

EM FUTURO PRÓXIMO

Por que eles se sujeitariam a percorrer mil ou dois mil quilômetros se houvesse mogno em áreas próximas ao local de beneficiamento? E mais, se os exportadores da AIMEX estão agindo dentro da lei por que a preocupação com a fiscalização?", pergunta João Paulo Capobianco, do Instituto Socioambiental.

O Apêndice II da lista do Cites não inclui apenas as espécies ameaçadas de extinção, mas também as espécies cuja exploração descontrolada possa levar à ameaça de extinção em futuro próximo. A inclusão do mogno na lista não proíbe sua comercialização e nem faz restrições à madeira destinada ao mercado interno brasileiro (cerca de 60% do mogno), apenas exige que os exportadores comprovem a origem legal da madeira e que os importadores também o façam. "A posição do governo brasileiro neste caso é lamentável. É a prova, mais uma vez, da falência do sistema ambiental brasileiro", reclama o deputado federal Fábio Feldmann.

**Patrícia Ferraz**